

RELATÓRIO TÉCNICO | Nº04/2020

Relatório sobre o Apoio Editorial oferecido pela Biblioteca
do Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos
(Meta 4 - Etapas 4.1; 4.2; 4.3)

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Marcos Cesar Pontes

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Cecília Leite Oliveira

Diretora

Reginaldo de Araújo Silva

Coordenação de Administração - COADM

Gustavo Saldanha

Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência
e Tecnologia da Informação - COEPPE

José Luis dos Santos Nascimento

Coordenação de Planejamento, Acompanhamento
e Avaliação - COPAV

Anderson Itaborahy

Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento
de Novos Produtos - CGNP

Bianca Amaro de Melo

Coordenadora-Geral de Pesquisa e Manutenção
de Produtos Consolidados - CGPC

Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação
e Informática - CGTI

Milton Shintaku

Coordenador de Articulação, Geração e Aplicação
de Tecnologia - COTEC

RELATÓRIO TÉCNICO | Nº04/2020

Relatório sobre o Apoio Editorial oferecido pela Biblioteca
do Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos
(Meta 4 - Etapas 4.1; 4.2; 4.3)



Coordenação de Articulação, Geração
e Aplicação de Tecnologia (CoTec)

Brasília
2020

EQUIPE TÉCNICA

Diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Cecília Leite Oliveira

Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática – CGTI

Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenador do Projeto

Milton Shintaku

Autores

Milton Shintaku

Frederico Oliveira

Márcia Rocha de Aguiar

Valéria Paiva

Este Relatório de Técnico é um produto do Projeto de pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas integradas para a gestão do conhecimento no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República (SNJ/SG/PR), nas temáticas de Juventude e Participação Social - Plano de Trabalho Adicional - SNJ/MMFDH.

Ref. SNJ - Processo SEI nº 00135.202553/2017-26

Ref. IBICT 1245/2015 - Processo SEI

Ref. FUNDEP 23506

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS	6
2.1 Objetivo Geral	6
2.2 Objetivos Específicos	6
3. RESULTADOS	6
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	8

1. INTRODUÇÃO

As publicações oficiais fazem parte da administração pública, sendo que muitos órgãos de governo publicam obras técnicas, como resultados de estudos, guias, manuais e outros. Entretanto, nem todos os órgãos de governo possuem estrutura formal de editora, com um sistema informatizado para apoiar os processos, que seguem todos os fluxos, desde a idealização da obra até a sua distribuição seja em material impresso ou formato digital. Assim, em alguns casos, a editoração de publicações oficiais é realizada de forma independente por setores dentro de órgãos, como secretarias, coordenadorias e outros.

Entretanto, as bibliotecas de órgãos de governo podem atuar no processo de editoração de publicações oficiais em muitas etapas, ofertando serviços informacionais ao órgão. Mesmo para os órgãos que possuem editora, o apoio da biblioteca pode significar economia, na medida em que podem contar com os préstimos da biblioteca, não sendo necessário contratar profissionais para executar algumas tarefas, como a criação de fichas catalográficas e registro do livro.

A normalização dos manuscritos pode ser um dos serviços ofertados pela biblioteca pois, como parte do órgão, esta unidade de informação tem conhecimento das suas normas de publicação. Da mesma forma, por ser composta por bibliotecários, a equipe da biblioteca conhece as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para publicações oficiais. Assim, há uma grande possibilidade das publicações oficiais normalizadas pelas bibliotecas de órgãos de governo possuírem uma quantidade menor de erros de normalização.

Fichas catalográficas, imprescindíveis para publicações, só podem ser confeccionadas por bibliotecários. Assim, as bibliotecas dos órgãos de governo podem ser as responsáveis, visto que algumas empresas cobram por esse trabalho. Da mesma forma, requisições de identificadores como o *Internacional Standard Book Number* (ISBN), que pode ser considerado como a certidão de nascimento do livro, e *Digital Object Identifier* (DOI), considerado como o seu passaporte, podem ser feitas pela biblioteca, visto que são processos conhecidos pelos profissionais destas unidades de informação.

Por fim, depois de editadas, as publicações oficiais podem ser impressas ou geradas apenas no formato digital, sendo imprescindível seu envio para a biblioteca do órgão para tratamento e disseminação, por meio de um sistema de bibliotecas ou bibliotecas digitais. Assim, destaca-se que a biblioteca do órgão pode atuar em diversas atividades envolvidas na editoria das publicações oficiais.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Descrever os resultados dos estudos envolvendo o apoio editorial na biblioteca do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

2.2 Objetivo Específico

- Apresentar o processo de requisição do ISBN;
- Levantamento de necessidades informacionais do MMFDH;
- Implementação de soluções.

3. RESULTADO

Reuniões com secretarias do ministério, promovidas pela biblioteca em um levantamento das necessidades informacionais, incluíram as questões editoriais. Verificou-se que o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) não possui, formalmente, uma estrutura de editora. Assim, cada unidade do órgão publica as suas obras independentemente, mesmo que sigam orientações gerais, sem no entanto, ter uma unidade responsável pela editoração.



Verificou-se também que livros são editados ou apoiados pelo MMFDH, no âmbito de parcerias e convênios firmados. A editoração dessas obras é realizada pelo parceiro contratado, sem algum acompanhamento. A biblioteca pode participar desse fluxo ofertando os serviços informacionais de forma assegurar que as etapas de editoração sejam executadas.

Para que uma publicação oficial seja formalizada é preciso que receba um ISBN, numeração considerada por muitos como a certidão de nascimento da obra, pois é o identificador de obras monográficas padrão no mundo. Assim, o primeiro resultado dos estudos de apoio editorial foi a identificação da necessidade da Biblioteca do MMFDH obter um prefixo ISBN, para que pudesse requisitar identificadores para as publicações oficiais do ministério.

O prefixo ISBN foi obtido por meio da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), possibilitando a biblioteca do MMFDH requerer identificadores ISBN para as publicações oficiais do ministério. Com isso, tais documentos são vinculados ao ministério pelo ISBN, na medida em que utilizam o seu prefixo. Cabe notar que, em muitos casos, publicações oficiais utilizam prefixos de empresas, causando certas inconsistências relacionadas à sua identificação.

Com posse do prefixo do ISBN, a Biblioteca do MMFDH já concedeu quatro identificadores ISBN, para várias unidades do ministério, como apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Prefixos editoriais

ITENS	TÍTULO	ISBN	UNIDADE
1	Programa Reconnect: usando a tecnologia de forma inteligente!	ISBN: 978-65-81067-02-1	Coordenadoria Geral de Enfrentamento a Vícios e Impactos Negativos do Uso Imoderado de Novas Tecnologias
2	Declaração de Princípios do uso inteligente de Tecnologia	ISBN: 978-65-81067-03-8	Coordenadoria Geral de Enfrentamento a Vícios e Impactos Negativos do Uso Imoderado de Novas Tecnologias
3	Cultura, terra e resistência: saberes dos quilombos do Sul - 2019	ISBN: 978-65-81067-01-4 ISBN-e: 978-65-81067-007	Departamento de igualdade racial e ética
4	É possível Housing First no Brasil?: experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil	ISBN: 978-65-81067-05-2 ISBN-e: 978-65-81067-04-5	Coordenação-geral dos direitos das populações em situação de risco
5	Compilação dos artigos selecionados para o seminário sobre empresas e direitos humanos: reflexões e contribuições para uma agenda nacional	ISBN: 978-65-81067-06-9	Secretaria Nacional de Proteção Global

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Entretanto, a gestão do ISBN foi mudada da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) para a Câmara Brasileira do Livro (CBL), sem que houvesse compartilhamento da base de dados. Assim, todas os detentores de prefixo ISBN precisaram requerer novos prefixos. Este processo está em andamento, visto que a CBL está com uma grande demanda e em atividades remotas em função da pandemia do COVID-19.

O fornecimento de ISBN foi uma das necessidades levantadas pelas reuniões feitas com as unidades do ministério. Assim, para atendimento da demanda ministerial pelo cumprimento do artigo 6º da Lei do Livro (Lei nº 10.753, de 31 de outubro de 2003), que dispõe sobre a obrigação de ficha catalográfica nas publicações editadas no Brasil e considerando a previsão de uso de ISBN pelo ministério nos próximos anos, foi solicitado um pacote de 30 números ISBN, possibilitando a biblioteca maior independência para a oferta desse identificador ao ministério.

Outra necessidade levantada se refere ao apoio à organização de conteúdos, como acontece na Secretaria Nacional da Família (SNF), que requer apoio para atuar na redução dos custos com a produção e distribuição de materiais, por meio do uso de material existente. Uma das soluções propostas é o depósito da documentação em biblioteca digital, promovendo o compartilhamento e ampliando o acesso. Assim, tanto os documentos-fontes, como as obras resultantes vão estar disponíveis on-line para consultas e disseminação.

O Programa Famílias Fortes, voltado ao fortalecimento dos vínculos familiares, é de origem estadunidense e foi adotado em vários países. No Brasil, este programa é de responsabilidade da SNF desde 2019, ano em que a biblioteca do MMFDH disseminou parte do material na Biblioteca Digital do MMFDH, possibilitando o acesso on-line dos materiais por público-alvo¹, facilitando o seu acesso, ofertando maior economia de tempo e recursos.

Com o apoio do projeto, ressalta-se que a Biblioteca do MMFDH tem atuado de forma mais ativa na produção e disseminação das publicações oficiais do ministério. A oferta de serviços tem sido um destaque, como pedidos de ISBN e construção de fichas catalográficas. Da mesma forma em que a disponibilização das publicações na biblioteca digital tem atendido a disseminação deste material de forma on-line, facilitando o acesso e atendendo a Lei de Acesso à Informação (LAI).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo indicou a ausência de estrutura de editora em alguns órgãos públicos, mesmo diante da publicação constante de obras oficiais, o que ocorre também no MMFDH. Em alguns casos, contrata-se trabalho de editoração, com obtenção de ISBN e ficha catalográficas nos pacotes de impressão e diagramação. Nesse sentido, a participação das bibliotecas neste fluxo informacional pode representar economia para o órgão, mas requer ação administrativa para sua implementação, visto que muitas bibliotecas não ofertam esses serviços ao órgão.

Assim, a Biblioteca do MMFDH tem sido pioneira na oferta de serviços ao ministério, com o apoio do projeto firmado entre a SNJ e o Ibict, colocando-se no fluxo informacional, com apoio à editoração e à disseminação. O atendimento às orientações sobre ficha catalográfica e obtenção do ISBN, por exemplo, oferta um serviço primordial às publicações oficiais do ministério. O compartilhamento dos conteúdos produzidos pelo ministério, especialmente a publicação de livros e documentos correlatos, também é promovido por essa unidade de informação.

A Biblioteca Digital, por exemplo, permite a disseminação organizada da produção do ministério, ofertando amplo acesso aos usuários. Este sistemas são o estágio final do processo de editoração, etapa em que a obra completa fica disponível: em editoras comerciais, para compra e, no caso do MMFDH, fica disponível para acesso irrestrito ao texto completo.

Nesse contexto, o apoio do projeto firmado com o Ibict possibilita que a Biblioteca do MMFDH ofereça serviços informacionais a todas as unidades do ministério, atuando ativamente do processo de editoração das publicações oficiais. Assim, essa documentação é padronizada de acordo com diretrizes de publicações federais e padrões de normalização brasileiros e atende à LAI, no que concerne à disponibilização on-line de documentos e informações públicas.

A unidade de informação já realizou a editoração dos primeiros livros, em atendimento a solicitações das secretarias do ministério. A partir da aquisição de números ISBN, da oferta de serviços para editoração e, também, para auxiliar a produção dos textos – o serviço de referência, por exemplo, apoia a pesquisa –, a biblioteca tem se estabelecido como uma estrutura de editoração do órgão.

¹ <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/950>,

SAS - Quadra 05 - Lote 06 -
Bloco H - Sobreloja
Cep: 70070-912 - Brasília / DF

Telefone: +55 61 3217 6213
E-mail: shintaku@ibict.br



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
E INOVAÇÕES



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL